

Valor (Teoria Económica)
Smith, Adam, 1723-1790



1290001024



TCC/UNICAMP G878t



TEORIA DO VALOR CLÁSSICA:

Notas sobre as concepções de valor em Adam Smith

Sandra Regina Giovanini Grigoli

Monografia de Graduação

Instituto de Economia

UNICAMP

Orientadora: Prof^a. Sonia Terezinha

Tomazini ✓

Membro da Banca: Prof^a. Maria Sil-

via Possas

Campinas, 1990 ✓

SUMÁRIO

	Pág.
Considerações Iniciais	1
1. Princípios e Influências em Adam Smith	4
2. Smith e os Fisiocratas: Paralelos e Avanços	11
3. A Divisão do Trabalho e a Generalização da Troca	24
4. Teoria do Valor: Dois Cortes Analíticos	31
4.1. O conceito de trabalho comandado e trabalho contido na sociedade primitiva	31
4.2. A teoria do valor de Adam Smith na sociedade capitalista e a crítica de Ricardo	39
4.3. Uma segunda concepção da teoria do valor de Smith e o caráter produtivo do trabalho	46
Considerações Finais.....	52
Bibliografia.....	55

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo do presente trabalho, em poucas palavras, consiste em tecer algumas considerações preliminares acerca das concepções de valor elaboradas nos primeiros capítulos da obra "A Riqueza das Nações" de Adam Smith, considerado o fundador da Economia Política enquanto ciência autônoma.

Cabe ressaltar, desde logo, que a intenção de exaurir o tema não se configura em nossos propósitos, até mesmo porque, em se tratando de um assunto "como tal proficuidade e amplitude de concepções" (1), para usar as palavras de Maurício Coutinho, não seria possível tratá-lo com a profundidade necessária no escopo dessa monografia. Destarte, a finalidade dos estudos que conduziram a este trabalho sempre foi a de aquilatar o conhecimento a respeito desse tema que se tornou clássico e crucial dentro do arcabouço da Teoria Econômica produzida nos séculos XIX e XX.

Muito já se escreveu e se discutiu sobre a teoria do valor dentro do pensamento econômico. Pode-se distinguir, contudo, duas concepções distintas, a saber, aquela que enfatiza o valor-utilidade e aquela que se fundamenta no conceito de valor-trabalho. Ambas reivindicam para si o autor que fundou o território da reflexão econômica (2).

A teoria do valor utilidade foi formulada pelos pensadores neoclássicos, que, ao retomarem parcialmente Adam Smith,

parecem ter limitado a amplitude de sua contribuição a uma teoria dos custos de produção na qual os rendimentos de cada fator de produção, a saber, salários, lucros e renda da terra, seriam determinados de acordo com mecanismos de demanda e oferta nos respectivos mercados. Desta forma os neoclássicos retomam Smith pelo prisma das leis naturais do mercado, da livre concorrência e do liberalismo, e apontam o fracasso do valor-trabalho (3).

A teoria do valor-trabalho, quer seja na versão smithiana, ricardiana ou marxista, permanece praticamente ignorada, ofuscada pela difusão da teoria marginalista, que é mais conhecida dados os seus postulados.

O interesse do presente trabalho reside precisamente em resgatar a dimensão que a teoria do valor-trabalho assume na obra de Adam Smith. É nesse sentido que pretendemos encaminhar nossa investigação, tentando abordar algumas questões, tais como: o objetivo da Economia Política do autor, a divisão do trabalho e a importância da troca, sua concepção de valor, e ainda as ambiguidades entre trabalho contido e trabalho comandado, os elementos originários do valor, entre outros.

NOTAS

(1) Coutinho, Maurício C. *Adam Smith e o Valor*. 1986. mimeo, p. 2.

(2) Idem, ibidem.

(3) Idem, ibidem. p. 2, 9, 26.

1. PRINCÍPIOS E INFLUÊNCIAS EM ADAM SMITH

A publicação de "A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas", em 1776, do autor escocês Adam Smith, veio revolucionar o pensamento econômico de sua época ao fundar uma nova ciência, a Economia Política, e ao dar início ao que hoje se convencionou chamar de Escola Clássica da teoria econômica. Neste sentido, sua obra viria a ser um marco teórico fundamental para outros expoentes do pensamento econômico, como Ricardo e Marx, além de autores contemporâneos, que, ao tratarem da Economia Política, "partiram da problemática e dos enfoques que se encontram em 'A Riqueza das Nações'" (1).

Vários foram os filósofos e pensadores que influenciaram Adam Smith. Um ponto notório que influiu decisivamente em suas concepções teóricas - compartilhado igualmente pelos fisiocratas - é a idéia da ordem natural e a crença de que os fenômenos econômicos seriam a manifestação dessa ordem natural. Daí depreende-se a influência marcante de Hutcheson, o teórico do jus-naturalismo, combinada com a influência de Hume: enquanto Hutcheson defendia a existência de "uma ordem natural e harmônica do universo, de origem divina mas revelada pela razão" (2), Hume se baseava na ciência experimentalista inglesa, levando Smith a descreditar que a ordem natural pudesse ser revelada tão somente pelo exercício da razão. Ao contrário, as deduções decorrentes da

observação empírica dos fenômenos, estes sendo em última instância uma manifestação daquela ordem natural, seriam o melhor meio de revelá-la.

Smith vai divergir de Hutcheson novamente no que diz respeito ao caráter benéfico do egoísmo. Enquanto Hutcheson defende o componente altruísta no que tange a ética das relações econômicas (3), Smith vai desenvolver a noção, já presente em Mandeville, da busca do interesse próprio nas relações econômicas como a melhor maneira de se alcançar o benefício coletivo (4). Como coloca o próprio Smith ao dissertar sobre a mão invisível e sobre os fins perseguidos por cada produtor, "nem sempre é pior para a sociedade que esse fim não fique em suas intenções. Ao perseguir seu próprio interesse, frequentemente promove o interesse da sociedade de forma mais eficaz do que quando é realmente sua intenção promovê-lo. Eu nunca soube de grandes ações por aqueles que se dedicam ao comércio em nome do bem comum. Em verdade, este é um sentimento raro entre os mercadores e bastariam poucas palavras para dissuadi-los de abraçar causa tão nobre" (5). Vale dizer, a busca do interesse individual, e não o caráter benevolente, resultará em progresso social. Ao mesmo tempo, vale ressaltar que "a atribuição de um papel socialmente positivo ao egoísmo (...) que caracteriza o pensamento de Smith" (6), pode ser interpretada como uma reação à visão pessimista de Hobbes. Segundo Hobbes, a natureza humana é essencialmente perversa porque os atos humanos são orientados pelo egois-

mo. Desta forma, o Estado autoritário e coercitivo surge como único meio de possibilitar a existência da sociedade civil (7). O interesse de Smith é demonstrar o aspecto positivo do egoísmo para o progresso social, à medida que o livre desenvolvimento do interesse individual contribui para o benefício coletivo, sem que para isso seja necessário - e ao contrário - o estabelecimento de um Estado Absolutista (8). A transcrição que se segue resume por si só muito da filosofia adjacente às concepções econômicas do autor: "Não é da benevolência do açougueiro, do fabricante de cerveja nem do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles tem por seu próprio interesse" (9).

Ora, a busca do interesse individual, ao motivar a divisão do trabalho, a acumulação do capital e portanto, o progresso material da sociedade e o bem estar coletivo, torna-se extremamente benéfica à sociedade econômica. Portanto, sua existência e expansão devem ser asseguradas pela mais ampla liberdade individual na esfera das relações econômicas. Esta é a condição *sine qua non* para que a ordem natural possa revelar-se livremente: sem interferências, com liberdade de ação para os agentes econômicos. É neste sentido que Coutinho afirma que a "concepção de liberalismo econômico [de Smith] representa um momento elevado no combate aos privilégios [feudais]" (10).

Do ponto de vista das concepções de Teoria Econômica, deve-se salientar, em primeiro lugar, a importância da noção herdada de Hutcheson a respeito da relação entre divisão de trabalho

e progresso material (11). Finalmente resta apontar a contribuição da "herança fisiocrática", abrangendo tanto a idéia de fluxo circular da renda e do produto, quanto o conceito de trabalho produtivo e a noção de excedente, como ainda o avanço em relação aos mercantilistas no que concerne o entendimento da natureza da riqueza e do bem-estar das nações. As concepções partilhadas por Adam Smith e os Fisiocratas, assim como seu avanço em relação aos *économistes*, serão enfocadas no capítulo 2 deste trabalho.

Os grandes postulados de Adam Smith surgem em decorrência desta profusão de influências por um lado, e da observação do cenário econômico inglês, por outro. A Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, já passava por mudanças estruturais em sua economia que contribuiriam para a consolidação da Revolução Industrial. Como bem situa Eric Hobsbawn, "as atividades comerciais e manufatureiras floresciam de forma exuberante (...). A Grã-Bretanha devia plenamente o seu poderio ao progresso econômico (...). A convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza - de que estava profundamente imbuído o século XVIII - derivou sua força primordialmente do evidente progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica" (12).

Desta forma, a tese central de Adam Smith encaminha-se no sentido de investigar, a partir do reconhecimento do crescimento econômico, os fenômenos que permitissem seu incremento continuado (13). Consequentemente, o desenvolvimento da produtividade

de do trabalho - e a divisão do trabalho como sua causa direta -, e a acumulação de capital, emergem como fenômenos primordiais a serem estudados em sua obra. Daí a necessidade de investigar a riqueza das Nações, sua natureza e suas causas. É este, portanto, o objeto da Economia Política Smithiana.

NOTAS

- (1) Singer, Paul. Adam Smith: Vida e Obra. In: Smith, Adam. Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações. 3ª ed. São Paulo. 1984. Abril Cultural (Os Pensadores), p.VIII.
- (2) Fritsch, Winston. Apresentação. In: Smith, A. A Riqueza das Nações. São Paulo. 1983. Abril Cultural (Os Economistas), vol.I, p.XVII.
- (3) Idem, ibidem.
- (4) Napoleoni, Claudio. Smith, Ricardo e Marx. 5ª ed. Rio de Janeiro. Graal. s.d. cap. III, p. 45. Napoleoni comenta a respeito de Mandeville: "Sem a busca egoísta do interesse particular por parte dos indivíduos, a vida estancaria, proibindo-se, de forma especial, o processo de aquisição da riqueza: a própria civilização, vista ao menos em sua dimensão material (segundo a ótica de Mandeville), nada mais é que o fruto do egoísmo".
- (5) Smith, A. op. cit. (Os Economistas). vol. II, livro III.
- (6) Napoleoni, C. op. cit. p. 46.
- (7) Idem, ibidem. p. 40, 41 e 42.
- (8) Idem, ibidem. p. 46 e 47.
- (9) Smith, A. op. cit. (Os Economistas). v. I, cap. II, p. 50.
- (10) Coutinho, Maurício C. Adam Smith e o Valor. 1986. mimeo. p. 23.
- (11) Fritsch, W. op. cit. p. XIX.

(12) Hobsbawn, Eric J. A Era das Revoluções. 4ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo. 1982. Paz e Terra. p. 36, 37.

(13) Smith, A. op. cit. (Os Pensadores). Introdução e Plano de Obra, p. 3 e 4.

2. SMITH E OS FISIOCRATAS: PARALELOS E AVANÇOS

A fisiocracia vai exercer grande influência na formulação teórica de Adam Smith: em alguns momentos ele parte de avanços trazidos pela Escola Francesa, em outros faz uma dura crítica a suas construções teóricas. Poder-se-ia dizer que, de certa forma, Smith dialoga com a fisiocracia, e, neste sentido, faz-se necessário apontar os princípios em que a fisiocracia se fundamentou, e como Smith se utilizou deles no desenvolvimento de sua Teoria Econômica.

Em primeiro lugar, a fisiocracia constituiu a primeira tentativa de investigação da Economia Política enquanto sistema econômico. O *Tableau Economique* foi a primeira esquematização de como o excedente ou produto líquido, circularia entre as diversas classes da sociedade. Como observa Rolf Kuntz, "uma leitura retrospectiva deve levar-nos à verificação de que os fisiocratas (...) abriram caminho às concepções clássica e marxista de produto líquido - o que é tão bem ressaltado em *Teorias da Mais-Valia*"(1). Os fisiocratas vieram combater as idéias mercantilistas de que a riqueza se mediria pela quantidade de ouro e metais preciosos de que dispusesse um país. Opuseram-se à tese de que atividades comerciais seriam mais importantes, priorizando a agricultura enquanto o setor produtivo do sistema(2). Como destaca Karl Marx, os fisiocratas "lançaram o fundamento da análise da

produção capitalista" ao transferirem, pela primeira vez, o centro da análise da origem do excedente do âmbito da circulação para o âmbito da produção⁽³⁾. Parece-nos lícito supor que, de certa maneira, os fisiocratas teriam sido ainda uma espécie de precursores do liberalismo econômico, como faz notar Kuntz⁽⁴⁾, no sentido de terem combatido a interferência estatal das políticas públicas de Colbert. O objetivo do governo deve ser, para Quesnay, garantir a liberdade de comércio, a liberdade de concorrência, porque, "um comércio isento de todas as contribuições fiscais, senhorias, etc, de monopólios, de ordenados de inspetores e de outros funcionários inúteis", que não tenha "outro governo que a ordem natural" é a "política de comércio (...) mais segura, mais certa e mais proveitosa para a nação e para o Estado"⁽⁵⁾. Conforme explica Kuntz, "para Quesnay, a idéia da livre competição se constitui (...) por oposição ao sistema de preferências até então dominante. Neste sentido, livre concorrência é o antimercantilismo; é especialmente o anticolbertismo, eleito [por Quesnay] como a política anti-agrícola por excelência"⁽⁶⁾. Daí podemos apreender que os fisiocratas entendiam a sociedade econômica como um organismo regido por forças próprias, naturais. O funcionamento do sistema econômico seria regulado por tal lei natural, que se estabeleceria automaticamente, desde que o Estado não interviesse no processo buscando desviar o sistema de seu estado natural, ou sua ordem natural. Para os fisiocratas, sua teoria tinha "a responsabilidade de desvendar e enunciar a 'lei natural' que regia a

nova sociedade econômica"(7) e ao tomar a ordem econômica como análoga a um organismo vivo, "descreveu a anatomia do organismo econômico (...) [detectando] os grupos ou classes sociais envolvidos"(8). A sociedade econômica, regida por tal ordem natural e deixada à ação de suas próprias forças sem sofrer oposição ou interferências, viria a constituir uma espécie de "sociedade ótima", onde a riqueza se ampliaria trazendo vantagens a todos.

Esta crença na ordem natural e na concepção da sociedade econômica como um organismo é partilhada na obra de Adam Smith e tem grande influência na formação do liberalismo clássico como ideologia burguesa que aos poucos se impõe. Smith vai falar-nos da "mão invisível" que age sobre a economia, tornando desnecessárias e mesmo indesejadas "as interferências da legislação e das práticas exclusivistas características do mercantilismo que (...) restringem a operação benéfica da lei natural na esfera das relações econômicas"(9). Ao contrário, a interferência estatal neste sentido seria maléfica, uma vez que cercearia a liberdade dos agentes e prejudicaria o equilíbrio do sistema ao criar uma ordem artificial. Nas palavras de Smith: "Cada produtor tem em vista sua própria segurança; ao dirigir uma indústria de modo que os bens produzidos alcancem o maior valor possível, está preocupado unicamente com o próprio ganho. Nesse caso, como em muitos outros, é levado por uma mão invisível a promover um fim que não configurava em suas intenções. Nem sempre é pior para a sociedade que esse fim não fique em suas intenções. Ao perseguir seu pró-

prio interesse, frequentemente promove o interesse da sociedade"(10).

Um segundo paralelo a ser considerado entre os fisiocratas e Adam Smith diz respeito ao reconhecimento da relevância da realidade da troca nos dois autores. Ao reconhecerem na difusão do processo de troca o elemento constitutivo da ordem natural que rege a sociedade econômica, os fisiocratas atribuíram à troca papel importante dentro de sua análise, mesmo que não explicitamente, como sugere Claudio Napoleoni⁽¹¹⁾. Quanto a Adam Smith, ele é o próprio teórico da troca e da divisão do trabalho. Em sua formulação teórica é evidente a relevância da realidade da troca, tanto no que respeita a importância que a troca assume enquanto objetivo primordial da produção, e tanto mais no que tange o papel impulsionador da troca para o processo de incremento da divisão do trabalho, com conseqüente crescimento da produtividade do trabalho. "Como são as trocas que estão na origem da divisão do trabalho, a extensão desta será sempre limitada pela extensão daquelas"(12). Neste sentido, a realidade da troca, além da divisão do trabalho, é o ponto de partida da análise econômica de Adam Smith; para tanto o autor dedica um capítulo de "A Riqueza das Nações" para explicar o advento da sociedade mercantil e da divisão do trabalho como consequência da tendência inata do homem à troca, fruto de um certo instinto de troca comum a todos os homens. Smith observa que nas sociedades civilizadas há uma grande interdependência entre os homens no que diz respeito ao atendi-

mento de suas necessidades. Tal interdependência se evidencia e se viabiliza por meio da troca de interesses. "Dê-me o que quero e terá aquilo que deseja"(13). Através da troca do excedente individual, teoriza o autor, os homens passariam a perceber as grandes vantagens que poderiam auferir da dedicação integral a somente uma atividade. Daí decorre historicamente a generalização da divisão do trabalho, e a intensificação da interdependência entre os homens dentro da sociedade mercantil constituída, cujo princípio norteador é a produção de excedente *visando a troca*. É nesse sentido que se evidencia a concordância de Smith com a afirmação de Quesnay de que "ninguém que vive em sociedade pode prover a todas suas necessidades, com seu trabalho; porém, obtém o que lhe falta, com a venda do produto de seu trabalho"(14).

Um novo paralelo pode ser traçado entre Adam Smith e os fisiocratas no que diz respeito à noção de excedente e ao conceito de trabalho produtivo como aquele capaz de gerar excedente. ao transferir o foco de análise das atividades comerciais para o âmbito da produção, os fisiocratas vincularam a criação do excedente ao processo produtivo, vale dizer, fundamentaram a idéia de que o excedente só é gerado no setor produtivo do sistema, a agricultura (15). Parece plausível afirmar que Smith, ao desenvolver suas formulações teóricas, vai resgatar, em certa medida, aquela teoria do excedente fisiocrática, e o conceito de trabalho produtivo, e superar as limitações impostas pela fisiocracia: a geração de excedente não mais estará restrita ao setor agrícola,

mas ampliar-se-á a todos os setores da economia, à medida que o trabalho produtivo tampouco será somente aquele aplicado à agricultura, que desfruta da fertilidade natural da terra. O avanço de Smith consiste precisamente em modificar o conceito de produtividade, deslocando-a do âmbito da agricultura e, por conseguinte, das capacidades produtivas da terra, para as capacidades produtivas do trabalho. É este, e não a terra, com suas capacidades produtivas, que confere valor às mercadorias, que cria produto líquido, ou excedente. Como coloca Napoleoni, Smith, *"aceitando precisamente a definição fisiocrática da produtividade como a capacidade para a geração do produto líquido, afirma que essa capacidade encontra-se no trabalho, e apenas no trabalho"*(16).

Ao mesmo tempo que Smith "desembaraça o conceito de trabalho produtivo dessa limitação e o estende a todas as esferas da produção material", como afirma Luiz G. M. Belluzzo(17), ele dá o primeiro passo no sentido de fundamentar teoricamente a aplicação do tipo capitalista de direção, de organização da produção, nos outros setores produtivos da sociedade econômica. Os fisiocratas haviam vislumbrado o grande potencial produtivo das formas capitalistas de produção ao defenderem sua aplicação na agricultura. O tipo de gestão capitalista, comparativamente às gestões tradicionais, se apresentava como a melhor e mais avançada forma de se obter um incremento das capacidades produtivas da terra, vale dizer, de ampliação do excedente. "Para os fisiocratas, a tarefa histórica do capitalismo consiste numa ampliação,

por ele tornada possível, do *excedente*. Por essa razão, sua presença possui um significado e assume uma importância econômica real somente no âmbito daquelas atividades nas quais se forma o excedente e, a partir daí, tal excedente pode ser ampliado" (18), ou seja, somente no âmbito da agricultura. Aqui se emaranham um avanço e uma limitação do pensamento fisiocrata: o avanço consiste precisamente em identificar nas formas capitalistas de organização da produção, ou simplesmente, no capitalismo, o grande motor do desenvolvimento da produção material; a limitação consiste em restringir a relevância econômica de sua aplicação à agricultura. Smith, ao modificar o conceito de produtividade, deslocando-o para o âmbito do trabalho, torna evidente que todo trabalho orientado para a produção de mercadorias é produtivo, uma vez que cria excedente. Desta forma, justifica subliminarmente a aplicação da forma capitalista de organização da produção em quaisquer setores da economia, e dá fim à restrição fisiocrática em estender ao setor manufatureiro - que, de fato, historicamente se projetará como setor hegemônico, revolucionário - as conclusões levadas a cabo para a atividade agrícola, como nos sugere Napoleoni ao analisar a "atitude da fisiocracia em face das confrontações do capitalismo" (19).

Resta ainda tratar de dois pontos cruciais no que tange os avanços de Smith em relação aos fisiocratas. O primeiro diz respeito ao tratamento dado à categoria lucro. Os fisiocratas apesar de reconhecerem no capital "uma função essencial no incre-

mento da capacidade produtiva do trabalho - e em decorrência, na formação de produto líquido"(20), não reconhecem o lucro como um tipo de renda particular ao modo capitalista de produção. Embora sua concepção do lucro como um "*salário superior*, [como] a recompensa necessária dos esforços do empresário rural" pareça "bastante satisfatória e perfeitamente compatível (...) com a despreocupação de Quesnay em relação ao lucro"(21), o fato é que os fisiocratas não conferem ao lucro a qualidade de uma categoria de renda específica proveniente do excedente e proporcional às antecipações de capital (22). Superando esses limites, Smith vai se utilizar de dois conceitos fisiocráticos, notadamente, o de produto líquido e de antecipação do capital, para formular seu conceito de lucro(23). A categoria lucro é individualizada e incorporada à sua análise como forma de renda específica vinculada às antecipações ou avanços, vale dizer, ao capital, e proporcional à extensão deste último. Ao capital, que exerce influência direta no incremento do excedente via aumento da produtividade do trabalho, corresponde uma forma de rendimento - o lucro. "Os lucros do capital constituem (...) uma parte componente do preço das mercadorias que nada tem a ver com o salário do trabalho e que é regulada por princípios bem diferentes"(24). Para Smith, o excedente se decompõe não somente em renda da terra, como no esquema fisiocrático, mas também em lucro do capitalista.

O último ponto que ainda resta destacar está relacionado com a necessidade de se recorrer, num dado ponto da análise, a

uma teoria do valor. No arcabouço fisiocrático, uma teoria do valor propriamente dita inexistia, mesmo porque não configurava nos propósitos dos *économistes* a preocupação em formular uma análise quantitativa do excedente em termos gerais. Ao contrário, quando o problema se lhes apresenta - no momento de construir um esquema quantitativo do excedente - os fisiocratas recorrem aos preços praticados no mercado para dar cabo do problema⁽²⁵⁾. Assim, a determinação do valor do excedente, quando não de forma empírica, apresenta-se como a diferença entre duas grandezas físicas do valor. Isto porque o excedente é produzido em um único setor, agricultura, e a ele se destina no final do fluxo como renda da terra. Ainda porque limitado ao âmbito da agricultura, o valor da produção - os bens produzidos - e o valor dos meios de produção - bens empregues no processo produtivo - podem ser reduzidos com relativa facilidade à grandeza física e computados enquanto tal⁽²⁶⁾. Na análise de Smith, a formulação de uma teoria do valor torna-se imprescindível no momento em que ele confere ao trabalho - e não mais à fertilidade do solo - a capacidade de gerar produto líquido. A geração de excedente estende-se, portanto, às demais atividades da economia além da atividade agrícola. Este excedente gerado em setores diversos manifesta-se na forma de mercadorias de natureza diversa, que não podem mais ser facilmente reduzidas à homogeneidade em termos puramente físicos. Como afirma Napoleoni, "Não faria qualquer sentido supor que (...) o conjunto dos bens que constituem o produto e o conjunto de bens que

constituem os meios de produção (...) sejam compostos pelas mesmas mercadorias(...). [Estas] duas agregações [precisam ser] reduzidas à homogeneidade mediante um cômputo em termos de valor"(27). Assim, o valor-trabalho surge como elemento determinante do valor de excedente, substituindo sua quantificação em grandeza física(28).

NOTAS

- (1) Kuntz, Rolf N. Capitalismo e Natureza: ensaio sobre os fundadores da Economia Política. São Paulo. Brasiliense. 1982. cap. II, p. 44.
- (2) Sandroni, Paulo. Exercícios de Economia: (os mercantilistas, Smith, Ricardo e Marx em sala de aula) Rio de Janeiro. Espaço e Tempo. São Paulo. EDUC. 1988. Glossário, p. 223.
- (3) Marx, Karl. Teorias da Mais-Valia. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasiliense. 1980. 12 vol, p. 21 apud Kuntz, R. op. cit. cap. II, p. 20.
- (4) Kuntz, R. op. cit. cap. IV, p. 92-100 passim.
- (5) Quesnay, François. Textos Seleccionados. França. INED. 1958. p. 806 e 955 apud Kuntz, R. op. cit. p. 93-94.
- (6) Kuntz, R. op. cit. p. 94.
- (7) Belluzzo, Luiz G.M. Valor e Capitalismo. São Paulo. Bional. 1987. cap. 1, p. 19.
- (8) Idem, ibidem.
- (9) Fritsch, W. Apresentação. In: Smith, A. A Riqueza das Nações. São Paulo. Abril Cultural. 1983. (Os Economistas). vol. I.
- (10) Smith, A. op. cit. vol. II, livro III.
- (11) Napoleoni, Cláudio. Smith, Ricardo e Marx. 5a. ed. Rio de Janeiro. Graal. s.d. cap. II, p. 23. É interessante notar o que diz o autor a esse respeito: "Sem dúvida alguma, a possibilidade de afirmar uma ordem natural para a sociedade era sugerida aos fisiocratas pela difusão da economia mercantil. A esse respeito é importante assinalar que a fisiocracia identifica em um elemento da natureza econômica - ou seja, a transformação geral dos produtos em mercadorias - a base da

constituição da ordem natural: o conjunto dos homens é uma sociedade, isto é, uma unidade regida por leis necessárias apenas na medida em que as atividades econômicas dos homens sejam reduzidas e integradas à unidade através de um processo que somente a troca pode realizar".

(12) Smith, Adam. A Riqueza das Nações. 3a. ed. São Paulo. Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores). Livro I, cap. III, p. 17.

(13) Idem, ibidem. cap. II, p. 14.

(14) Quesnay, F. François Quesnay e la Physiocratie. Paris, França. INED. 1958. vol. 2, p. 506. apud Napoleoni, C. op. cit. p. 23-24.

(15) Napoleoni, C. op. cit. p. 28. Como afirma Napoleoni "a grande importância da postura fisiocrática reside em haver individualizado no processo produtivo o lugar de origem do "produto líquido", superando todos os conceitos precedentes que, na medida que conseguiram distinguir um excedente, buscavam contudo sua origem (...) na esfera da troca".

(16) Idem, ibidem. cap. III, p. 55 (grifo do autor).

(17) Belluzzo, L. op. cit. cap. I, p. 23.

(18) Napoleoni, C. op. cit. cap. II, p. 25.

(19) Idem, ibidem. p. 24-25.

(20) Idem, ibidem. cap. III, p. 54.

(21) Kuntz, R. op. cit. cap. II, p. 44.

(22) Napoleoni, C. op. cit. cap. II, p. 28-29.

(23) Idem, ibidem. cap. III, p. 55-56.

(24) Smith, A. op. cit. cap. IV, p. 42.

(25) Napoleoni, C. op. cit. cap. II, p. 27.

(26) Idem, ibidem. p. 26-27.

(27) Idem, ibidem. cap. III, p. 58.

(28) Idem, ibidem.

3. A DIVISÃO DO TRABALHO E A GENERALIZAÇÃO DA TROCA

O objetivo primordial da obra de Smith salta aos olhos tão logo abrimos sua primeira página: consiste em investigar a natureza e as causas da riqueza das nações.

Contrapondo-se a seus antecessores mercantilistas e aos fisiocratas, Smith vai afirmar que a riqueza não consiste na quantidade de ouro de que disponha uma nação, nem na pujança de seu comércio exterior gerador de saldos comerciais favoráveis, como diriam os primeiros, e nem tampouco no volume da produção agrícola geradora de excedente, conforme defendiam os segundos. Ao contrário a riqueza de uma nação consistia no conjunto de bens necessários e úteis à nação, ou para seu consumo interno, ou para a troca por bens de outras nações. O trabalho assume o papel de fundo de provisão daqueles bens (1). Para Smith, é o trabalho portanto que cria riqueza à medida que os bens necessários à uma nação são criados através da atuação do trabalho sobre a natureza. Em suas palavras: "O trabalho anual de uma nação é a base que, originariamente lhe fornece tudo o que é necessário e útil à sua sobrevivência, e que consiste ou no produto imediato desse trabalho, ou no que é obtido de outras nações através dele" (2).

Ora, tendo identificado no trabalho a fonte originária da riqueza das nações e do valor dos bens produzidos, fica evidente a razão da preocupação de Smith em investigar que fatores

influenciariam no incremento das capacidades produtivas do trabalho, ou seja, aqueles fatores que teriam contribuído para tornar o trabalho mais produtivo, e em que medida essa produtividade do trabalho se acentuava.

Smith aponta na Introdução e Plano de Obra de "A Riqueza das Nações" duas circunstâncias que regulariam a proporção entre o volume de bens disponíveis de uma nação e sua população, vale dizer, a proporção que indicaria o grau de riqueza de uma nação, ou o bem-estar proporcionado aos membros desta sociedade. A primeira estaria relacionada com a relação entre a parte da população empregada em algum tipo de trabalho produtivo e aquela que não satisfizesse tal condição. A segunda, que remete ao que foi exposto no parágrafo anterior, diria respeito à produtividade do trabalho, vale dizer, "o engenho, a destreza e o discernimento com que o trabalho é efetuado" (3).

É neste momento que se evidencia a necessidade de Smith em elaborar uma análise minuciosa da divisão do trabalho, do princípio que a originou e sua relação com a extensão do mercado, com o grau de generalização da troca.

Segundo Adam Smith, a produtividade do trabalho é uma consequência da divisão do trabalho que se acentuava no interior das fábricas (4). Através da observação empírica do processo produtivo em uma fábrica de alfinetes, Smith elaborou uma relação causal entre o aumento considerável da produção e a generalização da divisão do trabalho: se cada trabalhador se dedicasse a tão

somente uma tarefa, ao invés de realizar todas etapas da produção de uma mercadoria, a produção total deste trabalhador seria consideravelmente maior do que se os trabalhadores não houvessem se organizado desta maneira.

A divisão do trabalho age positivamente sobre o aumento da produção segundo três circunstâncias. A primeira relaciona-se à destreza do trabalhador, uma vez que a dedicação exclusiva a uma tarefa confere ao trabalhador o maior desenvolvimento de suas habilidades, das forças produtivas de seu trabalho, na forma de executar a tarefa com maior rapidez e destreza. A segunda circunstância mencionada por Adam Smith diz respeito ao melhor aproveitamento do tempo de trabalho, sem as perdas referentes à mudança de uma tarefa para outra e à menor capacidade de concentração ou maior lentidão ao se iniciar a nova tarefa. A terceira circunstância relaciona-se à existência de maquinaria adequada à execução das tarefas, o que facilitaria e reduziria o tempo de trabalho necessário para o cumprimento da tarefa. Ora, os avanços técnicos e novos inventos a que Smith se refere em grande parte parece ter sido implementada a partir da divisão do trabalho, uma vez que os homens que se dedicam mais intensa ou extensamente a uma determinada tarefa têm maior tendência a descobrir novos métodos mais simples de executá-las (muitas máquinas parecem ter sido inventados pelos próprios trabalhadores) (5).

Smith vai também estabelecer uma ligação entre a divisão do trabalho e o que ele define como tendência natural do ho-

mem à troca. Segundo ele, o homem seria provido de um princípio original da natureza humana que o levasse a negociar e trocar uma coisa por outra. Impulsionada por tal princípio, comum à todos os homens, as sociedades teriam evoluído a estágios onde a troca se generalizaria progressivamente, a ponto de estimular a divisão do trabalho, no sentido de que através da troca do excedente individual, cada qual pudesse perceber que seria mais vantajoso dedicar-se integralmente a somente uma tarefa.

A divisão do trabalho é, contudo, limitada pelo grau de generalização da troca observado em uma nação ou sociedade, ou melhor dizendo, pela extensão do mercado. É a esta conclusão que chega Smith através da constatação histórica do desenvolvimento do comércio em vários países da Europa, Ásia e África. O grau de desenvolvimento do comércio, ou seja, a intensidade em que as trocas são feitas em uma determinada comunidade reflete diretamente na extensão da divisão do trabalho nesta mesma comunidade. Pode-se dizer portanto que a extensão do mercado limita a extensão da divisão do trabalho. Essa limitação se dá pelo mercado pré-existente: "Quando este é muito restrito, ninguém se sente disposto a dedicar-se completamente a uma única tarefa, pois não consegue trocar todo excedente do seu trabalho, de que não necessita, pelo excedente da produção dos outros homens, em que está interessado" (6). De nada adianta, dentro da lógica de raciocínio de Smith, alcançar-se um alto grau de divisão do trabalho se não existe mercado que possibilite a troca dos diversos produtos en-

tre si. Ora, parece-nos que tal conclusão a respeito desta relação causal é fruto da limitação imposta ao autor pela época em que viveu: a extensão do mercado na Inglaterra pré-revolucionária era ainda incipiente se comparada às modificações introduzidas pela Revolução Industrial e seus desdobramentos. Se é verdade que a extensão do mercado é que dá as pré-condições para que se estabeleça um determinado nível de divisão do trabalho, por outro lado não se pode ignorar que a extensão da divisão do trabalho, por sua vez, exerce certa influência sobre a extensão do mercado: se a divisão do trabalho provoca um aumento da produtividade do trabalho, um aumento da produção e um certo grau das atividades, novos produtos estarão disponíveis e em maior volume, suprimindo fatias de mercado antes não explorados. Trata-se na verdade de uma relação circular em que a esfera da troca e a da produção - e portanto a divisão do trabalho que a viabiliza - se influenciam e se determinam mutuamente. Como coloca Marx, na Introdução de sua obra *Para a Crítica da Economia Política*, "não existe troca sem divisão do trabalho, quer natural quer como resultado histórico" (7); por sua vez, "a intensidade da troca, do mesmo modo que sua extensão e tipo, são determinadas pelo desenvolvimento e articulação da produção (...). A troca aparece assim (...) diretamente compreendida na produção ou por ela determinada" (8).

Após explicitar as inter-relações entre a origem da riqueza das nações, a abundância ou insuficiência do conjunto de bens necessários e úteis à nação, o aumento da produtividade do

trabalho, a divisão do trabalho e a generalização da troca, o próximo passo é apurar em que condições os bens produzidos trocam-se entre si, quais as regras observadas pelos homens durante esta troca, que medida é utilizada para viabilizar a troca, o que determina o valor da troca. É a partir destas questões que Smith vai desenvolver sua teoria do valor.

NOTAS

- (1) Coutinho, Maurício C. Adam Smith e o Valor. 1986. mimeo. p. 12. Como afirma Coutinho comentando Smith, "a riqueza das nações consiste nas coisas necessárias e úteis de que ela dispõe, e o trabalho é o fundo de provisão destas coisas". Ver também Smith, Adam. A Riqueza das Nações. 3ª ed. São Paulo. Abril Cultural. 1984. (Os Pensadores). Introdução e Plano de Obra, p. 3.
- (2) Smith, Adam, op. cit. Introdução e Plano de Obra, p. 3.
- (3) Idem, ibidem. p. 3.
- (4) O conceito de divisão do trabalho aqui utilizado corresponde ao que atualmente convencionou-se chamar de divisão técnica do trabalho, para fazer uma diferenciação da divisão social do trabalho. Contudo, neste trabalho optamos por utilizar a terminologia usada pelo autor.
- (5) Smith, A. op. cit. cap. I, p. 11. Conforme nos relata o próprio Smith, "uma grande parte das máquinas utilizadas nas fábricas em que o trabalho parece estar muito subdividido foram originariamente inventadas pelos próprios trabalhadores".
- (6) Idem, ibidem. cap. III, p. 17.
- (7) Marx, Karl. Para a Crítica da Economia Política. São Paulo. Abril Cultural. 1985 (Os Pensadores). A esse respeito ver também o comentário de Winston Fritsch na "Apresentação" da edição de A Riqueza das Nações na coleção Os Economistas, vol. I, p. XII sobre o processo de causalidade circular cumulativa.
- (8) Idem, ibidem.

4. TEORIA DO VALOR: DOIS CORTES ANALÍTICOS

4.1. O Conceito de Trabalho Comandado e Trabalho Contido na Sociedade Primitiva.

É nos capítulos V e VI de "A Riqueza das Nações" que se encontra fundamentalmente o núcleo da teoria do valor de Adam Smith. Ao introduzir, no capítulo V, os conceitos de preço real e nominal das mercadorias, Smith dará prosseguimento àquilo que já explicitara em sua *Introdução e Plano de Obra*, isto é, que "o trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente"⁽¹⁾. O que se pode derivar de tal afirmação é que o autor põe em relevo o trabalho enquanto conceito fundamental que explica a riqueza das nações. Assim, é o trabalho o preço real pelo qual todas as mercadorias são pagas, enquanto o dinheiro é tão somente a expressão monetária do valor das mercadorias.

Embora o conceito de trabalho, que irá ser qualificado como trabalho comandado e trabalho contido, adquira relevância enquanto elemento determinante da substância do valor das mercadorias, o objetivo de Smith, ao apresentar sua teoria do valor-trabalho, não é o de fazer uma análise qualitativa do valor, mas

sim, como sugere Maurice Dobb, identificar "um padrão de medida em cujos termos os valores dos bens e as alterações por eles sofridas [pudessem] ser avaliadas de forma apropriada" (2). Ou seja, a preocupação central do autor, ao elaborar uma análise quantitativa do valor, é encontrar um padrão de medida que possa explicar a relação de troca entre as mercadorias.

É neste sentido que Smith afirma que o trabalho é a medida do valor de troca real de todas as mercadorias. Assim, é o trabalho a medida real do poder de compra de qualquer mercadoria: não é seu preço em dinheiro, e sim a quantidade de trabalho que essa mercadoria permite comandar, ou adquirir no mercado. Dessa forma, Smith vai contrapor o trabalho com outros padrões de medida, como o dinheiro ou o cereal (3). Estes últimos, segundo o autor, por terem seus valores continuamente modificados, não podem constituir uma perfeita medida da relação de troca entre as mercadorias (4). Portanto, para Smith, o conceito de trabalho comandado no mercado constitui o padrão de medida do valor de troca das mercadorias. A definição de trabalho comandado é assim elaborada por Adam Smith: "Um homem [é] rico ou pobre conforme a quantidade desse trabalho [trabalho alheio] que ele pode ter à sua disposição ou que pode comprar. Logo, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui (...) é igual à quantidade de trabalho que [esta mercadoria] lhe permite adquirir" (5).

Vejamos mais detalhadamente a *démarche* do autor na elaboração deste conceito.

À semelhança da riqueza das nações, a riqueza de um homem se mede pela quantidade de bens de que possa dispor para suprir suas necessidades, ou pela "sua possibilidade de adquirir os objetos que lhe são necessários e convenientes e de gozar os prazeres da vida" (6). Ora, com a generalização da divisão social do trabalho, aquelas necessidades que o homem poderá suprir com o produto de seu próprio trabalho serão cada vez mais restritas. No entanto, em decorrência daquela generalização e do complexo das necessidades sociais, os indivíduos irão estabelecer relações de troca no mercado, onde o excedente do produto de seus trabalhos - isto é, aquilo de que eles não necessitam para seu próprio consumo - irá ser trocado por bens produzidos por outros homens que se encontrem nas mesmas condições. Assim, no contexto da análise smithiana, onde a produtividade do trabalho é o elemento chave para a compreensão do progresso e bem-estar da sociedade, a riqueza de um homem nessa sociedade é medida pela quantidade de trabalho alheio, ou de produto do trabalho alheio, que ele pode comprar, ou comandar no mercado. A esse respeito, vale destacar a afirmação categórica de Coutinho: "O trabalho dos outros, ou o trabalho que se comanda, dá a medida da riqueza. Num ambiente teórico em que o valor se subordina à riqueza, o trabalho comandado é a medida do valor" (7).

Da perspectiva de uma mercadoria em particular, seu valor de troca corresponde à quantidade de trabalho alheio, ou o que é o mesmo, de produto do trabalho alheio que se pode obter com sua troca. O trabalho comandado no mercado, isto é, a quantidade de ouro, cereal ou o próprio trabalho, que a mercadoria em questão pode comandar no processo de troca, vai constituir assim a medida-padrão de valor para Adam Smith. Esta atribuição de medida-padrão do valor, ou medida invariável do valor - como pretende o autor - ao trabalho comandado, irá ser objeto da crítica ricardiana, como veremos na próxima seção deste capítulo, onde o tema será retomado.

Ainda dentro do núcleo teórico do Capítulo V, deve-se ressaltar que Adam Smith não elabora explicitamente uma tipologia de sociedades, como virá a fazer no Capítulo VI. Uma leitura atenta do Capítulo V parece sugerir - ainda que não salte aos olhos - uma equivalência entre trabalho comandado e trabalho contido - este último na qualidade de trabalho incorporado à mercadoria. Tal afirmação pode parecer problemática, posto que não há em Adam Smith um conceito propriamente dito - tal como em Ricardo - de trabalho contido. É preciso, portanto, qualificar em que termos ocorre esta suposta equivalência. Quer-nos parecer que Smith, ao sugeri-la, ainda que implicitamente, toma como base de sua análise os referenciais que estariam presentes somente naquela sociedade primitiva que ele irá caracterizar posteriormente. Portanto, julgamos apropriado passar à análise do Capítulo VI pa-

ra entender a maneira pela qual Smith efetiva esta caracterização.

Segundo ele, trata-se de uma sociedade primitiva que precede a acumulação de capital, o assalariamento do trabalho e a apropriação privada das terras. Nesta sociedade de produtores livres e independentes, o produto total do trabalho é apropriado integralmente pelo trabalhador-produtor, que troca no mercado as suas mercadorias por mercadorias produzidas por outros produtores. Nas palavras de Smith: "*Nestas condições, o produto total do trabalho pertence ao trabalhador, e a quantidade de trabalho normalmente empregue para adquirir ou produzir qualquer mercadoria é a única circunstância possível de regular a quantidade de trabalho que ela pode comprar ou pela qual pode ser trocada*"(8). Assim, para o trabalhador-produtor, sua mercadoria, que constitui enfim o produto de seu trabalho, vai comandar no mercado outras mercadorias, ou o que é o mesmo, o trabalho contido em mercadorias produzidas por outros homens. Nestas condições específicas da sociedade primitiva, o valor do trabalho (o "salário") é exatamente igual ao valor do produto do trabalho (o valor que as mercadorias podem comandar no mercado), porque - e somente por isto - o produto do trabalho pertence exclusivamente ao trabalhador-produtor. Há uma correspondência perfeita entre trabalho incorporado à mercadoria por meio da ação do trabalhador, e o trabalho que tal mercadoria pode comandar no mercado, na forma de outras mercadorias. Trata-se sempre de uma troca proporcional de

trabalho, ou indiferentemente de produto do trabalho, de produtores distintos.

Portanto, *nestas condições*, o trabalho alheio se configura como trabalho contido, isto é, trabalho incorporado nas mercadorias que se pretende obter pela troca. A idéia que permeia a formulação de Smith é que as mercadorias produzidas por um homem contêm uma quantidade de trabalho, que se equivale à quantidade de trabalho contido na(s) mercadorias(s) produzida(s) por outros homens, as quais se pretende obter na troca (9). Assim, o trabalho contido na mercadoria desponta como a outra face do trabalho comandado. A esse respeito vale reproduzir a explicação de Napoleoni: "Numa sociedade de produtores independentes, o trabalho comandado por uma mercadoria A nada mais é - e Smith reconhece-o - do que o trabalho contido na mercadoria B pela qual A é trocada (...). Nestas condições, pode-se dizer - e Smith disse-o - que o trabalho comandado por A coincide com o trabalho contido em A e, por isso, que o trabalho contido nas mercadorias se torna o elemento determinante das suas relações de troca" (10).

Ora, mas em que consiste este trabalho contido, que parece guardar tão estreita relação com o trabalho comandado, já que é apontado como o elemento determinante deste último? Esta é sem dúvida uma questão polêmica acerca da obra de Adam Smith. De qualquer forma, tentaremos fazer algumas considerações a esse respeito.

A noção de *trabalho contido* em Adam Smith, embora não elaborada de maneira explícita, remete à idéia de fonte, de substância do valor. Se o trabalho comandado é a medida dos valores de troca, ele seria o reflexo da substância do valor. E o trabalho contido é a substância do valor porque significa sempre trabalho dispendido, suor e esforço, sacrifício do trabalhador. Vejamos o que diz Coutinho a respeito da noção de trabalho contido para Smith: "Contrariamente ao que pressuporá a interpretação ricardiana, o trabalho contido, o trabalho que proporciona valor, não o faz na qualidade de insumo comum às mercadorias. O trabalho é valor porque envolve suor e esforço (...). Esforço se troca por esforço; ao dar dinheiro em troca de mercadorias, estaremos na realidade entregando esforço para obtermos sacrifício de outros"(11).

Vejamos agora o que diz Smith a este respeito, a relevância de suas palavras justifica a extensão destas citações: "Àquilo que [a mercadoria] efetivamente custa ao homem que a pretende adquirir, é a labuta e os incômodos a que é obrigado para a adquirir (...) [ou] a labuta e os incômodos a que se poupa e que impõe a outras pessoas"(12). Ou ainda: "Quantidades iguais de trabalho têm em todos os tempos e lugares o mesmo valor para o trabalhador. No seu estado normal de saúde, força e disposição, e com um grau normal de habilidade e destreza, este trabalhador sacrifica sempre a mesma quantidade de conforto, de liberdades e de felicidade" (13).

Ora, iguais quantidades de trabalho têm o mesmo valor para o trabalhador porque representam esforço, labuta, sacrifício equivalentes. Assim, a substância do valor da mercadoria aparece ligada a estes elementos, ao mesmo tempo que transparece sua relação com a capacidade criativa do trabalho, à medida que este proporciona valor às mercadorias (14).

Fica evidente, a partir destas considerações, como as noções de trabalho comandado e trabalho contido misturam-se nesse ponto da análise de Smith. Enquanto o trabalho contido desponta como substância do valor, e desta forma dimensiona o valor em termos absolutos, o trabalho comandado refere-se a proporções de troca, a valores relativos: é a medida das relações de troca. Assim, parece-nos que o trabalho comandado é o padrão de medida pelo qual os diversos trabalhos incorporados, contidos nas mercadorias se relacionam, ao serem trocados no mercado. Isto se dá à medida que o valor da mercadoria é o esforço e a fadiga, o suor e os incômodos que ela nos poupa na troca ao comandar trabalho dos outros (15).

Neste sentido, a quantidade de trabalho necessária para produzir uma mercadoria (trabalho contido) e a quantidade que ele pode render no mercado em termos de outras mercadorias (trabalho comandado) se equivalem, embora esta equivalência não pareça prevalecer na passagem de uma sociedade primitiva para uma sociedade *capitalista*, como veremos a seguir.

4.2. A Teoria do Valor de Adam Smith na Sociedade *Capitalista* e a Crítica de Ricardo

Se a equivalência entre trabalho comandado e trabalho contido é verdadeira, como vimos anteriormente, para a "sociedade mercantil simples" - para usar a expressão de Marx -, o mesmo não se pode dizer para uma sociedade onde já houve riqueza acumulada, em forma de lucros capitalistas e renda da terra, de um lado, e assalariamento do trabalho, de outro. Ao deslocar seu campo de análise para este tipo de sociedade, Smith parece incorrer em certas dificuldades teóricas quanto ao exame da questão do valor. Vejamos mais detalhadamente o problema que se coloca. Enquanto na sociedade primitiva o produto total do trabalho pertence ao trabalhador, de tal forma que seu rendimento corresponda perfeitamente ao valor da mercadoria, isso não é verdadeiro para a sociedade capitalista. Nesta última, a questão se torna mais complexa uma vez que surgem a figura do capitalista, proprietário dos meios de produção, e do proprietário de terras, e com eles novas categorias de rendimento, como o lucro e a renda da terra. O produto total do trabalho deverá, portanto, remunerar estas novas categorias além do rendimento ao trabalhador em forma de salário. Conforme observa Adam Smith, "nestas condições o produto

total do trabalho nem sempre pertence ao trabalhador. Em muitos casos, ele é forçado a partilhá-lo com o possuidor de capital que lhe dá emprego" (16).

É a partir de então que Smith incorre na confusão, tão exemplarmente captada e demonstrada por David Ricardo, entre a noção de trabalho contido (quantidade de trabalho necessário para a produção de um bem) e o valor pago por este trabalho (salário). Por não fazer distinção entre estes dois elementos, Smith, quer-nos parecer, abandona a noção de trabalho contido como determinante e equivalente ao trabalho comandado. Prosegue Smith: "A quantidade de trabalho normalmente empregue na produção de qualquer mercadoria deixa também de ser a única circunstância capaz de determinar a quantidade de mercadorias que ele pode obter por compra ou troca" (17). Isto se dá porque, considerada uma mercadoria em particular, em primeiro lugar, trabalho e produto total do trabalho, ou sua contra-face, rendimento do trabalho (salário) e valor da mercadoria (trabalho comandado) não mais coincidem; na sociedade capitalista que visa essencialmente o lucro, há que se destinar parte do valor total ao pagamento dos lucros do capital e à renda da terra. Em segundo lugar, Smith não faz distinção entre o rendimento do trabalho (salário) e trabalho em si, ou seja, o trabalho vivo (força de trabalho) que se despende na produção da mercadoria incorporando-se a ela. É nestes termos que se processa a confusão de Smith entre trabalho contido e rendimento do trabalho, ou seja, quantidade de trabalho incorporada e valor do

trabalho (salário).

É também daí que decorre a observação de Napoleoni de que "a quantidade de trabalho vivo que corresponde à quantidade de trabalho contido na mercadoria é a que é comprada pela parte da mercadoria que consiste em salários, enquanto o lucro e a renda compram uma quantidade acrescentada de trabalho" (18).

Ora, finda a equivalência entre trabalho contido e trabalho comandado, no sentido que aquele não mais é determinante deste, então resta investigar o quê, em última instância, determina o valor do trabalho comandado. Para tanto, segundo Coutinho, no decorrer do Capítulo VI, "Smith (...) recorre a uma teoria dos custos de produção que procura dar conta de todos os elementos do preço (salários, lucro e renda)" (19). A forma como Smith decompõe o preço deu origem a uma vertente crítica que consagrou a análise smithiana como sendo não mais uma teoria de valor, e sim uma teoria da soma. Smith demonstra que o preço, ou valor de troca de toda mercadoria - ou em última análise o trabalho que esta comanda no mercado - se decompõe em três partes, notadamente, salários, lucros e renda da terra, cuja soma dá a magnitude do valor total de uma mercadoria. Em sequência, o autor conclui que "os salários, os lucros e as rendas são as três fontes originais de todo rendimento, assim como de todo valor de troca" (20). O princípio do trabalho comandado como medida de valor de troca é mantido no corpo analítico, conforme ilustra a seguinte passagem: "o valor real de todas as partes componentes do preço é medido pela

quantidade de trabalho que cada uma delas pode comprar ou trocar" (21). No que concerne as partes componentes do preço, salário, lucro e renda da terra seriam determinadas pelos níveis de salário, lucro e renda, ou pelas suas taxas naturais - aquelas que configuram taxas de equilíbrio e que prevalecem sobre as flutuações do mercado. A grande dificuldade desta abordagem, segundo Napoleoni, residiria no fato de "que a determinação do valor como soma de salário, lucro e renda se reduz à determinação do valor com o próprio valor" (22), resultando num evidente raciocínio circular. Vale dizer, como os três elementos são preços determinados pelas suas taxas naturais, conclui-se que o valor de troca das mercadorias depende de outros valores de troca supostamente conhecidos. Logo, o valor de troca que se deseja determinar permanece indeterminado, enquanto que a determinação que busca encontra-se deslocada do âmbito da produção para o âmbito da circulação.

A crítica de Ricardo a respeito da teoria do valor smithiana consiste primordialmente em explicitar tal circularidade do pensamento de Smith. Ricardo identifica sua causa principal no fato de Smith ter abandonado a idéia de trabalho contido como circunstância válida na determinação do trabalho comandado, ou do valor de troca na sociedade capitalista (23). Esta concepção equivocada de Smith, segundo Ricardo, necessariamente gera uma diferença entre tabalho contido e trabalho comandado, que é o ponto crucial da indeterminação do valor em Adam Smith. Buscando

formular sua crítica à confusão smithiana entre salário e quantidade de trabalho incorporada, Ricardo é contundente: "O valor de uma mercadoria, ou seja, a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor compensação que é paga por esse trabalho" (24).

Em termos puramente smithianos, Ricardo assinala que o trabalho comandado (valor de troca) depende sim do trabalho incorporado à mercadoria (trabalho contido), e não do preço pago por este trabalho, donde decorre que:

- 1) trabalho contido é diferente do valor do trabalho (salário),
- 2) trabalho contido é maior que o valor do trabalho (salário).

Uma segunda crítica de Ricardo à Adam Smith diz respeito à adoção dos princípios do trabalho comandado como medida invariável do valor. Conforme observa Coutinho, "o problema da medida-padrão confunde-se com o trabalho comandado" (25). Ricardo mostra-se surpreso ao constatar que Adam Smith, que tão bem definira a fonte original do valor como a quantidade de trabalho incorporada numa mercadoria, vai em seguida abandonar esta idéia para adotar um outro padrão-de-medida, o trabalho comandado, como se as duas fossem equivalentes (26). A intenção de Ricardo parece ser a de demonstrar que a noção de trabalho comandado como medida invariável do valor não se sustenta logicamente, já que o traba-

lho comandado, como qualquer outra mercadoria, sofre variação em seu valor (27).

Parece-nos que esta crítica ricardiana, embora inegavelmente pertinente, recebe, todavia, demasiada atenção de Ricardo, já que tal questão não parece ser a preocupação dominante de Smith em "A Riqueza das Nações" como bem notou Coutinho (28). A resposta a esta questão parece estar relacionada com as diferentes concepções dos dois economistas clássicos a respeito do objetivo da Economia Política.

Para Smith, esse objetivo residia sobretudo em investigar a natureza e as causas da riqueza das nações, como aliás sugere o próprio título de sua obra. Sua preocupação dominante, portanto, consiste em identificar no trabalho e na produção material o fundo de provisão da riqueza da sociedade, e, ao mesmo tempo, em averiguar de que forma tal riqueza, ou a provisão dos bens necessários, possa ser incrementada (29). Quando Smith trata da medida invariável do valor, o que ele pretende, segundo Coutinho, é reafirmar "a contraposição riqueza-moeda" (30), isto é, priorizar o preço real-preço em trabalho - em relação ao preço nominal - preço em dinheiro -, opondo-se desta forma aos postulados dos mercantilistas.

Ora, se para Smith encontrar um padrão de medida invariável do valor de troca não se constitui numa preocupação dominante, para Ricardo assim o será. Segundo Ricardo, o objetivo de Economia Política consiste em determinar as leis que regulam a

distribuição do produto social entre as classes que compõem a sociedade econômica, ou seja, entre salários, lucros e renda da terra (31). Não é de se estranhar, portanto, que ele dedique tanta atenção à crítica do princípio do trabalho comandado como medida do valor inconsistente. A sua teoria do valor consiste numa teoria dos preços relativos, da distribuição do valor pelas classes sociais, de tal forma que uma medida invariável do valor lhe é imprescindível. Sua busca durante toda vida vai, por isso mesmo, obcecá-lo.

4.3. Uma Segunda Concepção da Teoria do Valor de Smith e o Caráter Produtivo do Trabalho

Tratemos agora de apontar uma segunda visão acerca da teoria do valor de Adam Smith, que transparece em alguns trechos do Capítulo VI. Parece-nos não só conveniente como essencial destacar aqui esta segunda concepção, por duas razões.

Em primeiro lugar, esta abordagem encontra-se em clara contradição com outra vertente analítica que vislumbra na composição das três categorias de renda - salários, lucros e renda da terra -, e não mais no trabalho contido, a fonte original o valor de troca. Como se sabe, a interpretação ricardiana das ambiguidades da obra de Smith - e a conseqüente redução da contribuição smithiana a uma "teoria da soma dos custos de produção" - se fundamentou na indeterminação do valor que derivou daquela concepção. Desta forma, esta segunda abordagem representa uma interpretação alternativa à crítica de Ricardo.

Em segundo lugar, ela traz à tona elementos importantes da contribuição de Smith ao pensamento econômico que ainda não foram discutidos, como o caráter produtivo do trabalho enquanto único criador de excedente e de toda a riqueza.

Vejamos o que diz Smith:

"Quando se realiza a acumulação de capital nas mãos de indivíduos particulares, alguns deles empregarão natu-

ralmente essa reserva no recrutamento de pessoas hábeis, às quais fornecerão materiais e meios de subsistência com vista a conseguirem lucro pela renda do trabalho destas, ou seja, esperando que o valor deste trabalho se acrescente ao daqueles materiais (...) O valor que os trabalhadores acrescentam aos materiais, portanto, divide-se neste caso em duas partes, uma das quais paga os seus salários e a outra constitui os lucros, daquele que os empregou, sobre reservas de materiais e salários adiantados" (32).

Ou ainda:

"Assim que as terras de um qualquer país se tornaram propriedade privada, os detentores de terras, como todos os outros homens, resolvem colher onde nunca semearam e chegam até a pedir uma renda por aquilo que constitui um produto natural de suas terras" (33).

Uma breve interpretação deste trechos sugere uma "teoria das deduções em contraposição a teoria da soma dos elementos componentes do preço". Como bem apontou Dobb, "tanto o lucro como a renda são implicitamente considerados como deduções daquilo que é 'naturalmente' ou 'originalmente' o produto do trabalho" (34). Esta concepção "poderia ser interpretada num sentido

histórico-comparativo, como uma teoria incipiente da exploração, vista como relação social, num sentido análogo ao de Marx" (35). De qualquer forma, a idéia que permeia esta segunda concepção (e que garante ao trabalho a condição de "fator produtivo", como veremos a seguir) é que o trabalho dispendido pelos trabalhadores na produção de um bem efetivamente cria valor ou, nas palavras de Napoleoni, "dá lugar a um valor global que se divide depois em salário e lucro [e renda] - o valor acrescentado aos materiais não provém de [três] fontes diferentes, mas tem uma única origem, o trabalho" (36). Assim, a presença do lucro e/ou da renda, na sociedade capitalista, não invalidaria a equivalência entre trabalho contido e trabalho comandado. Ou seja, não impediria que o valor de troca de uma mercadoria - o trabalho comandado pelas partes que compõe o preço: salário, lucro e renda da terra - guardasse uma correspondência perfeita com a quantidade de trabalho dispendida na produção desta mercadoria (37).

Por último, cabe ressaltar, a respeito desta segunda concepção, o caráter produtivo que ela permite conferir ao trabalho. O trabalho assume aqui o papel de fator produtivo por excelência do sistema, no sentido de que ele reproduz não só seu próprio rendimento (salário), como também gera um excedente, que se divide posteriormente em lucros e rendas da terra. (38).

NOTAS

- (1) Smith, A. A Riqueza das Nações. 3ª ed. São Paulo. Abril Cultural. 1984. (Os Pensadores). Introdução e Plano de Obra, p. 3.
- (2) Dobb, Maurice. Teoria do Valor e Distribuição desde Adam Smith. Lisboa, Portugal. Editorial Presença. 1973. cap. 2, p. 66-67.
- (3) Smith, A. op. cit. p. 29-39 passim.
- (4) Smith, A. op. cit. cap. V, p. 28-29.
- (5) Idem, ibidem. p. 27.
- (6) Idem, ibidem.
- (7) Coutinho, M. Adam Smith e o Valor. 1986. mimeo. p. 15.
- (8) Smith, A. op. cit. cap. VI, p. 41 (grifo nosso).
- (9) Idem, ibidem.
- (10) Napoleoni, Cláudio. O Valor na Ciência Econômica. Lisboa, Portugal. Editorial Presença. 1980. cap. 2, p. 35.
- (11) Coutinho, M. op. cit. p. 16 (grifo nosso).
- (12) Smith, A. op. cit. p. 27 (grifo nosso).
- (13) Idem, ibidem.
- (14) Coutinho, M. op. cit. p. 21.

- (15) Idem, *ibidem*, p. 25.
- (16) Idem, *ibidem*, p. 42.
- (17) Idem, *ibidem*, p. 42-43.
- (18) Napoleoni, C. *op. cit.* p. 26.
- (19) Coutinho, M. *op. cit.* p. 15.
- (20) Smith, A. *op. cit.* p. 44.
- (21) Idem, *ibidem*, p. 43.
- (22) Napoleoni, C. *op. cit.* p. 29.
- (23) Napoleoni, C. Smith Ricardo em Marx, 5ª ed., Rio de Janeiro, Graal, s.d. cap.IV, p. 96-97 e Coutinho, M. *op. cit.* p. 9.
- (24) Ricardo, David. Princípios de Economia Política e Tributação, 3ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1984 (Os Pensadores), cap. I, p. 257.
- (25) Coutinho, M. *op. cit.* p. 6.
- (26) Ricardo, D. *op. cit.* p. 258.
- (27) Idem, *ibidem*, p. 259.
- (28) Coutinho, M. *op. cit.* p. 8.
- (29) Idem, *ibidem*, p. 12, 13.
- (30) Idem, *ibidem*, p. 21.

- (31) Ricardo, D. op. cit. Prefácio, p. 253.
- (32) Smith, A. op. cit. cap. VI, p. 41, 42.
- (33) Idem, ibidem. p. 43.
- (34) Dobb, M. op. cit. p. 64.
- (35) Idem, ibidem. p. 65.
- (36) Napoleoni, C. O Valor na Ciência Econômica. Lisboa, Portugal. Editorial Presença. 1980. cap. 2, p. 28.
- (37) Idem, ibidem. p. 27, 28.
- (38) Idem, ibidem. p. 26.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guisa de conclusão, parece-nos necessário salientar alguns pontos que nortearam a elaboração deste trabalho.

Uma primeira questão refere-se ao fato de termos usado, dentro de um marco bibliográfico considerável, textos consagrados de alguns estudiosos da Economia Política Clássica, notadamente de Smith e Ricardo, além de Marx. Assim, foram apresentadas algumas leituras distintas a respeito da teoria smithiana do valor. Isto se justifica plenamente uma vez que defrontamo-nos com um tema considerado definitivamente como controverso - logo, não é de se estranhar a recorrência, na maioria dos comentadores, do tema central "o valor" e seus subtemas, como a já consagrada herança fisiocrática em Adam Smith, a importância do conceito da divisão do trabalho e da troca, e a crítica de Ricardo à concepção do valor smithiana, numa tradição de crítica que remonta ao próprio Marx, também ele um comentador histórico de Adam Smith e autor de uma conhecida comparação entre o pensador escocês e Ricardo.

Uma vez reconhecida a profusão de vozes críticas da teoria do valor-trabalho em Adam Smith, buscou-se o breve exame das idéias de alguns comentadores, como Napoleoni, Dobb e Coutinho.

É dever ressaltar que temos consciência que, dentre os comentadores utilizados como referência para este trabalho, há

concepções distintas (e outras vezes convergentes), principalmente no que diz respeito aos conceitos de trabalho comandado e trabalho confido, e à questão da invariabilidade do trabalho comandado enquanto medida-padrão de valor. Trata-se, no fundo, de contrapor duas vertentes críticas: a que prioriza em sua argumentação as ambiguidades, as "confusões" teóricas, as hesitações na elaboração da teoria do valor de Smith, na esteira da crítica ricardiana - marxista; e por outro lado aquela que, embora reconheça tais ambiguidades, procura resgatar a dimensão do trabalho comandado como pilar básico da construção teórica do pensador escocês.

Assim, ambas leituras conferem graus distintos à pertinência da teoria do valor baseada no trabalho comandado. Neste sentido, destacamos por exemplo, a conclusão de Napoleoni. Após ter afirmado ser a teoria do valor trabalho de Smith um fracasso no que diz respeito à indeterminação dos valores relativos, ou seja, enquanto medida invariável dos valores de troca, realça a importância do princípio do trabalho comandado no contexto de uma teoria do desenvolvimento capitalista, no sentido que ele pode ser entendido como um critério que dimensiona a contribuição do trabalho social, enquanto gerador de excedente, para o progresso e desenvolvimento econômico da sociedade.

Destacamos igualmente a posição de Coutinho, que muito embora reconheça como inconsistente a proposição de Smith de que o trabalho comandado seria uma medida invariável do valor (como

na crítica de Ricardo), não aceita a idéia de que o trabalho comandado, e a teoria do valor nele baseada, tenha validade apenas nas sociedades primitivas. Ao contrário, Coutinho confere ao princípio do valor como trabalho comandado total relevância no contexto de toda obra de Smith, já que nele se fundamenta o princípio de sociabilidade econômica smithiana.

Isto posto, acreditamos que as ambiguidades inerentes à concepção da teoria do valor smithiana, embora pertinentes, não devam mesmo ser o fulcro da análise crítica, até mesmo porque - e isto não se deve deixar de ressaltar - a concepção do trabalho comandado é um salto em termos de formulação teórica e em relação à compreensão da natureza da sociedade econômica. Assim, as ambiguidades, equívocos, imprecisões ou hesitações não devem obscurecer a originalidade e o avanço que essa criação smithiana representa na ciência econômica, avanço este que pode ser sintetizado na ênfase que Smith conferiu ao conceito de trabalho comandado enquanto tendo poder de comprar qualquer coisa: mercadoria ou trabalho alheio.

BIBLIOGRAFIA

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello - "Valor e Capitalismo: Um ensaio sobre a Economia Política", 2ª ed., São Paulo, Biental, 1987.
- COUTINHO, Marício C., - "Adam Smith e o Valor", Campinas, 1986, mimeo.
- DOBB, Maurice, - "Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith", Lisboa, Portugal. Editorial Presença, 1973.
- HOBBSBAWN, Eric. J., - "A Era das Revoluções", 4ª ed., Rio de Janeiro - São Paulo, Paz e Terra, 1982.
- KUNTZ, Rolf N., - "Capitalismo e Natureza: Ensaio sobre os fundadores da Economia Política", São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MARX, Karl, - "O Capital: Crítica da Economia Política", São Paulo, Abril Cultural, 1983, v. 1 (Os Economistas).
- MARX, Karl, - "Para a Crítica da Economia Política", 3ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1985 (Os Pensadores).

NAPOLEONI, Claudio, - "O Valor na Ciência Econômica". Lisboa, Portugal. Editorial Presença. 1989.

NAPOLEONI, Claudio, - "Smith, Ricardo e Marx", 52 ed., Rio de Janeiro, Graal, s.d.

QUESNAY, François, - "Análise do Quadro Econômico", São Paulo, Abril Cultural, 1984 (Os Economistas)

RICARDO, David, - "Princípios de Economia Política e Tributação", 32 ed., São Paulo, Abril Cultural, 1984 (Os Pensadores)

SANDRONI, Paulo, - "Exercícios de Economia: (os mercantilistas, Smith, Ricardo e Marx em sala de aula)", Rio de Janeiro, Espaço e tempo, São Paulo, EDUC, 1988.

SMITH, Adam, - "Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações", 32 ed., São Paulo, Abril Cultural, 1984, (Os Pensadores).